

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
1999

1.ª FASE
2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

Antes de iniciar o seu exame, leia atentamente as instruções.
Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões: Grupo I – 3 (três) questões.
Grupo II – 1 (uma) questão.

A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.

GRUPO I

INSTRUÇÕES, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E COTAÇÕES

QUESTÕES 1. e 2.

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
 - rigor da análise do texto;
 - coerência lógica do discurso;
 - utilização precisa da terminologia filosófica;
 - correcção da expressão escrita.
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

QUESTÃO 3.

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
 - mobilização adequada do conhecimento da obra;
 - coerência lógica do discurso;
 - utilização precisa da terminologia filosófica;
 - correcção da expressão escrita.
- A não manifestação de conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

COTAÇÃO

1. e 2.	(2 × 25 pontos)	50 pontos
3.	(1 × 70 pontos)	70 pontos
Total do Grupo I		120 pontos
		V.S.F.F.

GRUPO I

- Cada um dos textos/extractos das obras estudadas que a seguir são apresentados é acompanhado de três questões.
- Selecione apenas um dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto/obra estudada.
- Nas suas respostas às questões 1. e 2. deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na sua resposta à questão 3. deverá utilizar aproximadamente 40 linhas (cerca de 320 palavras).

DA NATUREZA, Parménides

TEXTO

«O que pode ser pensado e o pensar são o mesmo, pois sem *o que é*, no qual incide a afirmação, não encontrarás o pensar. Nada existe ou existirá para além *do que é*, pois que o destino o vinculou de modo a ser um todo inamovível. Por isso tudo são nomes, que lhes puseram os mortais, convencidos da sua verdade: “gerar-se” e “destruir-se”, “ser” e “não ser”, e “mudar de lugar” e “alterar a cor brilhante”. Uma vez que tem um limite extremo, está completo de todos os lados, à maneira da massa de uma esfera bem rotunda, em equilíbrio a partir do centro, em toda a posição. Pois não pode ser maior ou menor num ou noutro ponto. De facto, não há não-ser, que o impeça de atingir o equilíbrio, nem há ser que exista, sendo mais de um lado do que doutro, pois é todo inviolável. O ponto donde é igual em todas as direcções encontra igualmente limites. Com isto cesso o meu discurso digno de fé e o meu pensar acerca da verdade. Sobre a humana opinião aprende, a partir de agora, escutando a ordem ilusória das minhas palavras. Entenderam que haviam de dar nome a duas formas; a uma, não deviam fazê-lo, e nisso eles erraram. Distinguiram-nas como de forma contrária, e puseram-lhes marcas diferentes uma da outra: a uma o fogo etéreo da chama, brando, muito leve, em toda a direcção igual a si mesmo, mas não idêntico ao outro; esse é o contrário daquele, a noite sem luz, um corpo espesso e pesado.»

Frag. 7. 8, v.v. 34-59, in M. Helena da Rocha Pereira, *Hélide*, Coimbra, FLUC, 1990, pp. 132-133

QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, o uso da imagem do ser «à maneira da massa de uma esfera bem rotunda».
2. Justifique, com razões do texto, por que erraram os mortais ao nomearem «duas formas».
3. Esclareça a importância deste extracto para a compreensão da globalidade da obra.

TEXTO

«Sócrates – (...) se examinarmos mais a fundo estas questões, acabarás por te convencer. Para já, lembra-te que dissemos que há duas maneiras de cultivar o corpo e a alma: uma que tem por objectivo o prazer, a outra o melhor, recorrendo esta a uma luta sem complacências. Não foi assim que as definimos?

Cálicles – Absolutamente.

Sócrates – Dissemos também que a primeira, a que visa o prazer, não é mais do que uma forma de adulação, desprovida de dignidade. Não é assim?

Cálicles – Seja como queres.

Sócrates – E que a outra se esforça por tornar o melhor possível o objecto dos seus cuidados, seja o corpo ou a alma.

Cálicles – Perfeitamente.

Sócrates – Mas não devemos nós prestar à cidade e aos cidadãos os cuidados que os tornem os melhores que seja possível? Sem isto, como reconhecemos anteriormente, de nada servirão quaisquer outros esforços a seu favor. Tudo será vão se faltar honestidade ao seu pensamento, se os seus interesses se cifrarem em adquirir muito dinheiro, alcançar a supremacia política ou outra qualquer espécie de poder. Assentamos nisto ou não?

Cálicles – Com certeza, se é isso que desejas.

Sócrates – Admitamos agora, Cálicles, que, na intenção de nos dedicarmos aos serviços públicos do Estado, nos voltávamos para as construções, mas construções em grande escala, como muralhas, estaleiros ou templos: não seria bom que nos observássemos primeiro, examinando se conhecemos ou não esta arte, a arquitectura, e aferindo bem o valor daqueles que foram nossos mestres? Devíamos, ou não, proceder desta maneira?

Cálicles – Claro que sim.

Sócrates – Em segundo lugar, não deveríamos verificar se já construímos algum edifício para um dos nossos amigos ou para nós próprios e se este edifício é belo ou feio? Só depois de constatararmos que eram bons e reputados os mestres, sob cuja orientação tivéssemos construído grande número de belos edifícios, e que, depois de os deixarmos, tínhamos procedido sozinhos a outras construções, só então poderíamos razoavelmente empreender os tais trabalhos públicos.»

513 c – 514 c, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 189-191

QUESTÕES

1. Distinga, com base no texto, as «duas maneiras de cultivar o corpo e a alma».
2. Refira os procedimentos que, segundo o texto, devem testar as aptidões exigidas ao estadista.
3. Esclareça a importância deste extracto para a compreensão da globalidade da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

«— Na verdade, cada sentimento de prazer ou dor é como pregos que fixassem a alma ao corpo; e assim a agramam a ele, a enleiam na substância corporal, por tal forma que tudo aquilo que o corpo lhe disser ela toma por verdadeiro. É que o facto de comungar das suas crenças, dos seus motivos de alegria, a leva por força, penso eu, a adquirir os mesmos hábitos e cultura; e, como tal, jamais chega ao Hades em estado de pureza, antes vai sempre contaminada pelo corpo; em resultado do que não tarda a cair num outro e, como que inseminando-se, a criar de novo raízes, o que em definitivo a exclui do contacto com o que é divino, puro e único na sua forma.

— Nada mais exacto, Sócrates — concordou Cebes.

— Aí tens, pois, Cebes, os motivos que levam os que são deveras filósofos a serem comedidos e corajosos — motivos esses bem diversos dos do comum das pessoas, não te parece?

— Bem diversos, sem dúvida!

— Pois são! Nem a alma de um filósofo poderia seguir outro raciocínio que não este; não imaginaria, por certo, que, sendo a função da filosofia libertá-la, a ela lhe cabe, enquanto é liberta, abandonar-se a toda a espécie de prazeres e sofrimentos para se enleiar uma vez mais nas cadeias do corpo, empenhando-se numa infundável teia de Penélope, que trabalha ao contrário do seu tear; antes pelo contrário, calando em si a violência das paixões, segue na via do raciocínio para jamais a abandonar e contempla o que é verdadeiro, divino e não sujeito às contingências da opinião; e, alimentada por ele, assim crê que deve viver toda a vida, convicta de que, após a morte, se irá reunir ao que é conforme à sua natureza, liberta dos males da espécie humana. Ora se tal é o seu alimento [e género de vida], não há o perigo, Sírias e Cebes, de alguma vez ela temer que, ao separar-se do corpo, se desvaneça, aniquilada pelos ventos, e se vá, para não mais deixar rasto de existência...»

83 d — 84 b, Coimbra, Livraria Minerva, 1988, pp. 83-84

QUESTÕES

1. Refira os motivos que, segundo o texto, «levam os que são deveras filósofos a serem comedidos e corajosos».
2. Explique as concepções presentes no texto referentes ao destino das almas.
3. Esclareça a importância deste extracto para a compreensão da globalidade da obra.

TEXTO

«Substância, na acepção mais fundamental, primeira e principal do termo, diz-se daquilo que nunca se predica de um sujeito, nem [existe] em um sujeito, por exemplo, este homem ou este cavalo. No entanto podemos falar de substâncias segundas, espécies em que se incluem as substâncias primeiras, e nas quais, se são géneros, ficam contidas as mesmas espécies. Por exemplo: o homem individual inclui-se na espécie nominada homem, e, por sua vez, incluímos essa espécie no género chamado animal. Designamos portanto de segundas estas últimas substâncias, isto é, o homem e o animal, ou seja, a espécie e o género.

Do exposto deduz-se com evidência que o predicado deve ser afirmado já do sujeito, já do nome, já da definição, por exemplo, homem é predicado de um sujeito, ou seja, o homem individual; por um lado, o nome da espécie chamada homem predica-se afirmativamente de cada indivíduo; por outro, aplicamos a palavra homem a um homem, porque o homem individual é ao mesmo tempo homem e animal. De modo que, por conseguinte, o nome e a noção de espécie são ambos categoria do sujeito. Quanto ao que está presente ou se acha em um sujeito, os seus nomes e definições não são predicáveis do sujeito, pelo menos na maior parte dos casos. Noutros, contudo, nada impedirá que o nome seja predicado do sujeito, mas já o mesmo não se verifica para a definição, por exemplo: o nome branco é sem dúvida inerente a um sujeito, um corpo, porque o corpo é o que chamamos branco. Todavia, a definição de brancura jamais pode ser predicada de qualquer corpo.»

2ª 16 – 52, in *Organon*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 48-49

QUESTÕES

1. Explícite, com base no texto, a diferença e a relação entre substância primeira e substância segunda.
2. Explique, partindo do texto, em que consiste a definição.
3. Esclareça a importância deste extracto para a compreensão da globalidade da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

«1 – *Que para examinar a verdade é necessário, uma vez na vida, pôr todas as coisas em dúvida, tanto quanto se puder*

Como fomos crianças antes de sermos homens, e ora julgámos bem ora mal das coisas que se nos apresentaram aos sentidos, quando ainda não tínhamos inteiro uso da razão, vários juízos apressados nos impedem agora alcançar o conhecimento da verdade, e, de tal maneira nos tornam confiantes, que não há sinal aparente de que deles nos possamos libertar se não tomarmos a iniciativa de duvidar, uma vez na vida, de todas as coisas em que encontrarmos a mínima suspeita de incerteza.

2 – *Que é útil, também, considerar como falsas todas as coisas de que se pode duvidar*

Será mesmo muito útil rejeitarmos como falsas todas aquelas coisas a respeito das quais pudermos imaginar a mínima dúvida, a fim de que, se descobrirmos algumas que, apesar de tal precaução, nos parecerem manifestamente verdadeiras, possamos considerar que também elas são muito certas e as mais fáceis que é possível conhecer.

3 – *Que não devemos, de modo algum, usar desta dúvida para a orientação das nossas acções*

Convém, entretanto, notar que de modo nenhum entendo eu que nos sirvamos de forma tão geral de duvidar, a não ser quando começarmos a aplicar-nos à contemplação da verdade. Pois certo é que, em tudo aquilo que respeita à orientação da nossa vida, nos achamos, muitas vezes, forçados a seguir opiniões apenas verosímeis, dado que as ocasiões de agir nos negócios se escoariam quase sempre antes de nos libertarmos de todas as dúvidas. E quando se encontram várias dessas ocasiões de agir acerca de um mesmo assunto, ainda que não concedamos, talvez, mais verosimilhança a uma do que a outras, se a acção não permite demora, a razão exige que escolhamos uma delas e que, após tê-la escolhido, a sigamos firmemente como se a tivéssemos julgado certíssima.»

Lisboa, Guimarães Editores, 1989, pp. 51-52

QUESTÕES

1. Justifique, com razões do texto, a necessidade de «duvidar, uma vez na vida».
2. Delimite, com base no texto, o âmbito de aplicação da dúvida cartesiana.
3. Esclareça a importância deste extracto para a compreensão da globalidade da obra.

TEXTO

«Os dogmas das igrejas referem-se uns à prática, e outros à especulação; e embora uns e outros consistam no conhecimento da verdade, estes estão incluídos na esfera da opinião e do intelecto, e aqueles referem-se de alguma maneira à vontade e aos costumes. Portanto, os dogmas especulativos e (como se chamam) os artigos de fé, que nada exigem além de serem acreditados, de nenhum modo podem ser introduzidos pela lei civil em alguma igreja: para quê sancionar com uma lei o que nem sequer pode ser efectuado por aquele que mais o desejava? Não depende da nossa vontade acreditar que isto ou aquilo é verdadeiro. A este respeito já antes se disse o suficiente. Mas, então, que se professe aquilo em que se acredita; como se bastasse mentir a Deus e aos homens para salvar a sua alma! Bela religião, não há dúvida! Se o magistrado quer assim salvar os homens, parece compreender muito pouco qual é o caminho da salvação: se assim não age para os salvar, porque se preocupa com os artigos de fé, a ponto de ordenar a sua crença por uma lei?

Depois, o magistrado não deve proibir mais as opiniões especulativas defendidas ou ensinadas numa igreja qualquer, pois não se relacionam de modo algum com os direitos civis dos cidadãos. Se algum papista crê que aquilo que outro chama pão é o corpo de Cristo, não faz nenhum mal ao seu vizinho. Se um judeu não crê que o Novo Testamento é a palavra de Deus, não altera nenhum direito civil. Se um pagão põe em dúvida os dois Testamentos, não deve ser castigado como cidadão desonesto. Se alguém acredita ou não nestas coisas, isso não põe em perigo nem o poder do magistrado nem os bens dos cidadãos. Concedo de boa vontade que estas opiniões são falsas e absurdas; as leis não velam pela verdade das opiniões, mas pela segurança e integridade dos bens de cada um e do Estado.»

Lisboa, Edições 70, 1996, pp. 112-113

QUESTÕES

1. Explícite, baseando-se no texto, o conceito de dogma.
2. Exponha as razões que, segundo o texto, excluem os dogmas especulativos da competência do magistrado civil.
3. Esclareça a importância deste extracto para a compreensão da globalidade da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

«30 – Como Deus inclina a nossa alma sem a obrigar; que não se tem o direito de se queixar; que não há que perguntar porque é que Judas peca, mas somente porque é que Judas, o pecador, é admitido à existência, de preferência a algumas outras pessoas possíveis. Da imperfeição original antes do pecado, e dos graus da graça.

No que se refere à acção de Deus sobre a vontade humana, há muitas considerações bastante difíceis, que seria longo seguir aqui. Não obstante, eis o que se pode dizer em grandes traços. Deus, ao prestar o seu concurso às nossas acções ordinárias, não faz mais do que seguir as leis que estabeleceu, isto é, conserva e produz continuamente o nosso ser, de modo que os pensamentos nos cheguem espontânea ou livremente na ordem que a noção da nossa substância individual traz consigo, e em que se poderiam prever desde toda a eternidade. Além disso, em virtude do decreto que ele estabeleceu, de que a vontade tenderia sempre para o bem aparente, exprimindo ou imitando a vontade de Deus sob certos aspectos particulares, a respeito dos quais esse bem aparente tem sempre algo de verdadeiro, determina a nossa vontade à escolha do que parece o melhor, sem, no entanto, a coagir. Pois, falando de modo absoluto, ela está na indiferença, enquanto se opõe à necessidade, e pode agir de outro modo ou suspender totalmente a sua acção, sendo e permanecendo possíveis um e outro partido. Depende, pois, da alma o precaver-se contra as surpresas das aparências mediante uma firme vontade de reflectir e de não agir nem julgar, em certas ocasiões, senão depois de ter deliberado muito maduramente. Todavia, é verdade, e até seguro, desde toda a eternidade, que nenhuma alma se servirá deste poder numa tal circunstância. Quem pode evitá-lo, porém? E pode ela queixar-se a não ser de si mesma? Pois, todas estas queixas após o facto são injustas, como teriam sido injustas antes do facto. Ora, esta alma, um pouco antes de pecar, poderia queixar-se de Deus como se ele a determinasse ao pecado? Sendo as determinações de Deus nestas matérias coisas que não se podem prever, donde sabe ela que está determinada a pecar, senão quando já peca efectivamente? Trata-se apenas de não querer, e Deus não poderia propor uma condição mais fácil e mais justa. [...]

Lisboa, Edições 70, 1995, pp. 70-72

QUESTÕES

1. Exponha as exigências adiantadas no texto para a determinação da alma.
2. Justifique, com razões do texto, a afirmação referente ao pecar: «Trata-se apenas de não querer».
3. Esclareça a importância deste extracto para a compreensão da globalidade da obra.

TEXTO

«A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto é em si mesma, e, considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se se quiser, da soma de todas as inclinações. Ainda mesmo que por um desfavor especial do destino, ou pelo apetrechamento avaro duma natureza madrasta, faltasse totalmente a esta boa vontade o poder de fazer vencer as suas intenções, mesmo que nada pudesse alcançar a despeito dos seus maiores esforços, e só afinal restasse a boa vontade (é claro que não se trata aqui de um simples desejo, mas sim do emprego de todos os meios de que as nossas forças disponham), ela ficaria brilhando por si mesma como uma jóia, como alguma coisa que em si mesma tem o seu pleno valor. A utilidade ou a inutilidade nada podem acrescentar ou tirar a este valor. A utilidade seria apenas como que o engaste para essa jóia poder ser manejada mais facilmente na circulação corrente ou para atrair sobre ela a atenção daqueles que não são ainda bastante conhecedores, mas não // para a recomendar aos conhecedores e determinar o seu valor.

Há contudo nesta ideia do valor absoluto da simples vontade, sem entrar em linha de conta para a sua avaliação com qualquer utilidade, algo de tão estranho que, a despeito mesmo de toda a concordância da razão vulgar com ela, pode surgir a suspeita de que no fundo haja talvez oculta apenas uma quimera aérea e que a natureza tenha sido mal compreendida na sua intenção ao dar-nos a razão por governante da nossa vontade.»

// BA 3-4, Lisboa, Edições 70, 1995, pp. 23-24

QUESTÕES

1. Explique de que modo, no texto, é justificado o valor incondicionado da boa vontade.
2. Explicite a questão sugerida no último parágrafo do extracto.
3. Esclareça a importância deste extracto para a compreensão da globalidade da obra.

GRUPO II

INSTRUÇÕES, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E COTAÇÕES

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
 - apresentação do plano organizador;
 - adequação do desenvolvimento ao plano;
 - pertinência da selecção de conhecimentos da obra para o tratamento do tema;
 - posicionamento crítico/problematizador;
 - coerência lógica do discurso;
 - utilização precisa da terminologia filosófica;
 - correcção da expressão escrita.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

Na sua resposta deverá:

- indicar o par obra-tema que seleccionou;
- apresentar um plano organizador;
- expor o modo como o tema é tratado na obra;
- posicionar-se de uma forma crítica/problematizadora perante o tratamento que lhe foi dado pelo autor na obra;
- utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

COTAÇÃO

..... (1 × 80 pontos)	<u>80 pontos</u>
Total do Grupo II	80 pontos

GRUPO II

QUESTÃO

Selecione apenas uma das obras que lhe é proposta e desenvolva o tema anexo.

OBRAS	TEMAS
O MESTRE, S. Agostinho	Conhecimento da verdade
PROSLOGION, S. Anselmo	Pensar e ser
O SER E A ESSÊNCIA, S. Tomás de Aquino	A realidade dos universais
REDUÇÃO DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA, S. Boaventura.....	Conhecimento verdadeiro
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel.....	Filosofia e conhecimento científico
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental	Espírito e realidade
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche.....	Limites da palavra
DA CERTEZA, L. Wittgenstein	Saber e crença
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty	A condição do filósofo
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell	Conhecimento e ser
A PROBLEMÁTICA DA SAUDADE, Joaquim de Carvalho.....	Tempo e saudade
DA ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger.....	Verdade e discurso
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur.....	Estatuto da interpretação

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I.....	120 pontos
GRUPO II.....	80 pontos
TOTAL	200 pontos